



Associação Portuguesa de Professores de Inglês

Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico

INGLÊS

Relatório final de acompanhamento

APPI - CAP

2011/2012

1. INTRODUÇÃO

Este relatório incide sobre a atividade desenvolvida pela APPI, enquanto associação convidada na CAP - Comissão de Acompanhamento do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Reportamo-nos ao ano letivo que agora finda, baseados na análise dos relatórios dos peritos sobre as aulas observadas e sobre a sua participação nas Mesas Redondas.

A APPI entende que, passados 7 anos da implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 1º CEB, importa tecer algumas reflexões sobre o seu desenvolvimento e sobre a posição da APPI relativamente ao mesmo, no sentido de tentar perspectivar o futuro do Inglês no currículo do 1º CEB.

Nas recomendações, não deixaremos de focar aspectos que têm vindo a preocupar a APPI nos últimos anos e que têm sido já enunciados em relatórios anteriores, mas que continuam sem resolução.

2. MODELO DE ACOMPANHAMENTO

Sendo que o acompanhamento ao ensino do Inglês no 1º ciclo do ensino básico se realiza desde o ano letivo 2005/2006, anualmente, o modelo de acompanhamento adotado vem sofrendo de alterações que pretendem colmatar lacunas e dar resposta a constrangimentos observados e relatados pelos diversos membros da CAP, intervenientes no processo.

No entanto, e apesar da melhoria crescente dos dispositivos de acompanhamento e da implementação de boas práticas, a APPI constata que o novo modelo de acompanhamento definido para este ano letivo, comparativamente ao implementado no ano letivo anterior, deu origem a alterações que condicionaram o processo, a saber:

- na amplitude da amostra observada, drasticamente mais reduzida:
apenas uma turma observada em cada Agrupamento, por visita, com exceção das visitas efetuadas na Direção Regional de Educação do Alentejo, onde cada perito observou duas turmas do mesmo Agrupamento, na mesma Visita;
- no agendamento:
Visitas a serem realizadas durante o 2º período, sendo que na DRELVT apenas se realizaram no 3º período;

- na operacionalização, designadamente, nas Mesas Redondas, cuja organização e coordenação foi da responsabilidade da Direção de cada Agrupamento.

Destacamos como pontos fortes:

- a boa articulação no agendamento das visitas, entre a DGE (Direção-Geral de Educação), as DRE (Direções Regionais de Educação) e a APPI, permitindo uma gestão mais equilibrada e atempada das disponibilidades dos peritos;
- a diminuição do número de peritos envolvidos nas visitas, bem como o número de deslocações envolvidas;
- a explicitação clara do modelo de acompanhamento aos Agrupamentos, designadamente, dos objetivos da “Observação das Aulas” ¹ e os aspetos a focar na “Mesa Redonda” ²;
- a organização / coordenação da mesa redonda pela Direção do Agrupamento, possibilitando uma maior responsabilização e integração das AEC no respetivo Projeto Educativo (PE)

Como pontos fracos, referimos:

- A realização de visitas apenas no 3º período, na DRE já referida, permitindo tardiamente a remediação de alguns problemas detetados e/ou a incorporação

¹ **Observação das Atividades**

- Tipo/natureza das atividades observadas;
- Adequação:
 - da planificação (face às Orientações Programáticas, ao trabalho do PTT - Professor Titular de Turma -, aos alunos, aos temas);
 - das metodologias / estratégias;
 - dos materiais;
- As interações na sala de aula.

² **Mesa Redonda**

Aspetos Organizacionais:

- Horário de funcionamento;
- Adequação de recursos humanos (perfil dos técnicos);
- Adequação dos recursos físicos (instalações, equipamentos e materiais);
- Articulação entre parceiros (agrupamento, entidade promotora, entidade parceira);
- Integração de alunos com NEE;
- Modalidades da Componente de Apoio à Família;
- Envolvimento dos Pais / Encarregados de Educação.

Aspetos Pedagógicos:

- Integração curricular (articulação das AEC com o PCT);
- Supervisão do PTT - dinâmicas de supervisão;
- Articulação com Departamentos Curriculares;
- Integração das AEC nas dinâmicas da escola (PA; participação em eventos, ...).

das recomendações dos peritos e de outros intervenientes nas mesas redondas;

- A não realização de mesa redonda em várias visitas na área de influência da DREN (por vezes, apenas se fazia uma breve reunião, para reflexão e troca de impressões, entre o perito e o técnico de Inglês), não facilitando a integração desta atividade de enriquecimento curricular no PE do Agrupamento nem a sua articulação curricular, especialmente, a articulação vertical;
- A falta de representantes das DRE na generalidade das visitas e nas respetivas mesas redondas (que entendemos, uma vez que a maior parte das visitas era assegurada, nos anos anteriores, pelos técnicos das Equipas de Apoio às Escolas, entretanto extintas);
- Decorrente do ponto anterior, alguns peritos, apesar da sua experiência e competência, relataram que as suas recomendações não “tinham a mesma força”, porque não eram veiculadas diretamente por elementos da tutela/DRE.

Pelo exposto, a APPI não pode deixar de lamentar:

- o reduzido "alcance" do programa das visitas em 2011-12 quando, em anos anteriores, as visitas e as mesas redondas foram uma prova de vitalidade da tutela no sentido de conhecer e prestigiar as mesmas também como um fator de regulação do ensino do Inglês no 1º CEB, embora na situação precária que conhecemos bem desde 2005;
- a inexistência de reuniões CAP ao longo do ano que atualizassem e problematizassem o exercício das AEC durante o ano letivo;
- a ausência de feedback das DRE à CAP, pelo menos às associações, assim como a decisão unilateral de uma DRE (DREN) de não promover mesas redondas ao arrepio do que tinha sido estipulado em sede CAP, na reunião alargada de Novembro/2011.

3. VISITAS DE ACOMPANHAMENTO

Peritos

A APPI esteve presente na quase totalidade das visitas agendadas (36 visitas / 39 observações), que envolveram 22 peritos, sendo que apenas 1 (um) exerceu esta

função pela primeira vez. Contrariamente aos anos anteriores, em que muitos dos peritos tinham várias visitas a seu cargo, a redução da amostra e o facto de a realização da Mesa Redonda ter lugar quase sempre no mesmo dia da observação da aula permitiu uma melhor distribuição, otimizando as deslocações dos mesmos.

	2º Período		3º Período	
DRE	Visitas/ Turmas	Peritos	Visitas/ Turmas	Peritos
DREN	7/ 7 ³	6	-----	-----
DREC	8/ 8	6	-----	-----
DRELVT	-----	-----	14/ (* ₁) 13 (* ₂)	4 (* ₃)
DREA	5/ 9	4	-----	-----
DREALg	2/ 2	2	-----	-----
Total Parcial	22/26	18	14/13	4
TOTAL	VISITAS: 36 / TURMAS: 39 / PERITOS: 22			

(*₁) – Apesar de a perita reunir com os técnicos de Inglês e de estar presente na Mesa Redonda, a aula não foi observada por lapso na calendarização.

(*₂) - Mesa Redonda em dia diferente

(*₃)- As 4 peritas, enquanto membros da Direção da APPI, garantiram a totalidade das visitas na DRELVT.

4. HABILITAÇÕES DOS TÉCNICOS

A publicação do Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho, no seu artigo 9.º - *Perfil dos técnicos de inglês* – atualizou as habilitações que os professores de Inglês devem possuir. O levantamento de dados e a análise pormenorizada dos mesmos constarão do relatório de execução física da DGE; no entanto, há um ponto que continua a preocupar a APPI e que se refere às habilitações académicas e profissionais dos

³ Não foi efectuada a visita à Escola Básica de Escariz, no dia 10 de abril.

técnicos de Inglês. Já era do conhecimento da APPI, através de informações das DREs, que a dificuldade de recrutamento de técnicos de Ensino do Inglês se tinha agravado em relação a anos anteriores, mas a análise dos relatórios revelou que há técnicos que não detêm habilitações académicas e / ou profissionais, para o desempenho da atividade, consignadas no último despacho, inserindo-se, com frequência nos casos abrangidos pelas “Orientações para Análise de Currículos Relevantes”. Encontrámos técnicos que apesar de possuírem certificados elencados nos “Currículos Relevantes” detêm formação académica que nada tem a ver com o ensino e sem experiência anterior nas AEC, como, por exemplo, licenciaturas em Enfermagem, Tradução, Relações Internacionais, etc.

5. FORMAÇÃO CONTÍNUA

A formação a distância para professores de Inglês foi, em anos anteriores, uma das vertentes de acompanhamento das competências atribuídas à CAP, implementada pela então DGIDC, com a colaboração direta da APPI, com duas edições distintas, com o objectivo de dar bases metodológicas aos professores que não tinham formação nesta área: uma para o 1º e 2º anos e outra para o 3º e 4º anos.

Também este ano, essa formação não se realizou. Apesar de a APPI já ter enunciado, no relatório do ano letivo anterior, que a formação carecia de reformulação e que se predispunha a colaborar nessa tarefa, tal não foi possível concretizar superiormente. Este facto implicou que muitos dos técnicos que não detêm preparação pedagógica ou qualquer experiência enquanto docentes não tivessem tido a oportunidade de refletir e construir referenciais de qualidade na planificação e no desenvolvimento das atividades.

A APPI continuou a apoiar encontros ou jornadas de formação, cujo número de realizações tem vindo a decrescer, promovidos pelas Entidades Promotoras para divulgação de boas práticas das AEC e reflexão sobre o trabalho desenvolvido, colaborando nesses encontros, sempre que solicitada, com a presença de um orador ou formador; por outro lado, continua a dedicar, no seu Congresso Anual, um dia específico de sessões de formação para professores de Inglês do pré-escolar e 1º CEB, a cargo de

formadores nacionais e estrangeiros de qualidade. Realizou, também, um encontro de “Primary English: Sharing Good Practice” (na sua 5ª edição) com a duração de um dia, para a partilha de experiências em sala de aula, em 2/06/2012, no concelho da Maia. Paralelamente, através do seu Centro de Formação, APPIforma, realiza ações de formação para professores do 1º ciclo. No seu plano de formação, oferece ações específicas para este nível de ensino, sendo que a mais recente “Teaching English: bridging for continuity, cohesion and progression” tem como objectivo promover a articulação entre os professores dos 1º e 2º ciclos.

6. APRECIÇÃO GERAL

Dos comentários dos técnicos sobre a implementação do Inglês no 1º CEB, largamente elencados em relatórios anteriores, salientamos os seguintes:

- Motivação dos alunos para a aprendizagem da língua estrangeira;
- A sensibilização à Língua Inglesa é fundamental nesta faixa etária;
- Os alunos sentem-se mais familiarizados com aspetos da língua e cultura Inglesa e desenvolvem uma maior sensibilização para a aprendizagem de competências específicas das línguas estrangeiras, nomeadamente a expressão oral, de acordo com o nível cognitivo e faixa etária;
- A aquisição de regras;
- Desenvolvimento de trabalho autónomo pelos alunos;
- Os alunos são curiosos e interessados pela aprendizagem de uma nova língua – o inglês - e o ensino da mesma no 1º ciclo produz resultados positivos ao longo do percurso escolar.

No entanto, e apesar de consideramos que muitos dos constrangimentos enunciados pelos técnicos e já referidos em relatórios anteriores estão, na generalidade, ultrapassados, outros há que persistem, a saber:

- A não “obrigatoriedade” da frequência aumenta o nível de heterogeneidade da turma e as diferenças a nível de aprendizagem;
- A inexperiência e falta de formação específica em metodologia do ensino do Inglês são muitas vezes impeditivas de uma melhoria da sua prática;

- Dificuldade em equilibrar / gerir a parte lúdica com a componente da gestão de comportamentos;
- O facto de a atividade ser geralmente no último tempo letivo faz com que os alunos estejam cansados e com maior dificuldade de concentração;
- Alguns pais mostram-se pouco sensibilizados para as atividades de enriquecimento curricular;
- Na generalidade dos casos, regista-se a ausência de componente não letiva para a preparação de aulas, participação em reuniões e articulação com os professores Titulares de Turma;
- Inexistência de articulação vertical em muitos agrupamentos;
- A lecionação em várias escolas (quando há deslocações em curto espaço de tempo).
- Modelo da prestação de serviços;
- Contagem do tempo de serviço.

Como sugestões para a melhoria da actividade, alguns técnicos propõem:

- A integração do ensino de Inglês no currículo;
- A frequência obrigatória da actividade de Inglês;
- A flexibilização dos horários;
- A articulação entre as várias entidades envolvidas no Programa;
- A necessidade de reuniões formais entre pares;
- A necessidade de formação adequada;
- O pagamento e a disponibilização de horas, para reunir com o PTT (Professor Titular de Turma)

7. OBSERVAÇÃO DA ATIVIDADE

Também este ano se constatou o que já tinha sido diagnosticado e evidenciado em anos anteriores: há técnicos que trabalham muito bem com esta faixa etária, com conhecimentos científicos e pedagógicos que permitem que a atividade seja um sucesso; outros que não têm proficiência na Língua Inglesa ou que não têm qualquer

preparação pedagógica, e que transformam a aprendizagem do Inglês num total desprazer para os alunos.

Dos relatórios feitos pelos peritos, evidenciamos como pontos fortes:

- Promoção de uma relação afetiva com a língua;
- Relação pedagógica promotora da autonomia dos alunos e de uma atmosfera de trabalho produtiva;
- Clima de sala de aula favorável à aprendizagem;
- Implementação de rotinas;
- Gestão eficaz do comportamento dos alunos;
- O reforço positivo;
- Motivação dos alunos para a aprendizagem da língua inglesa;
- Utilização da língua inglesa como língua de comunicação na sala de aula;
- Ênfase na dimensão lúdica da aprendizagem;
- Sequências bem definidas das atividades com recurso a estratégias diversificadas;
- Atividades dirigidas aos vários estilos de aprendizagem;
- Estratégias e tarefas adequadas ao nível etário dos alunos;
- Materiais adequados e motivadores;
- Desenvolvimento da competência de comunicação em Língua Inglesa;
- Boa articulação com o Professor Titular de Turma (PTT)
- Elaboração de planificações em conjunto com o PTT.

Contrastando com os aspetos positivos, continuam a ser enunciados pontos fracos nas observações, tais como:

- Ausência de metodologia e de formação pedagógica;
- Falta de preparação científica: lacunas no conhecimento da língua inglesa, ao nível do vocabulário, pronúncia, entoação...;
- Insegurança nas instruções e nas informações transmitidas aos alunos;
- Recurso sistemático à Língua Materna;
- Inexistência de “classroom language”;

- Estratégias pouco diversificadas;
- Pouca diversidade de materiais;
- Pouca diversificação das formas sociais de trabalho, sendo privilegiado o trabalho individual em detrimento do trabalho de pares ou de grupo;
- Observação de uma atividade apenas, sem que os alunos tivessem de fazer qualquer utilização de língua;
- Dificuldade na gestão do comportamento dos alunos;
- Sequência de atividades sem percepção do objetivo de aprendizagem;
- Planificação pouco adequada;
- Inexistência de diferenciação na planificação para os diferentes anos;
- Ausência de articulação com o PTT.

Em regra, há uma correlação entre as observações e as habilitações académicas e profissionais dos técnicos, bem como a experiência anterior neste nível de ensino, mas foram constatadas algumas exceções: técnicos sem formação profissional, mas com um bom relacionamento com os alunos e com uma noção adequada relativamente ao que deve ser a atividade do Ensino do Inglês e como desenvolvê-la com qualidade.

Decorrente da observação de aulas e da mesa redonda, os peritos teceram recomendações aos vários intervenientes, das quais salientamos:

- Uso sistemático da língua inglesa por parte do técnico, quer ao nível da linguagem de sala de aula quer na interação com os alunos;
- Mais estímulo ao uso do Inglês, por parte dos alunos, criando situações que permitam a aprendizagem da língua de uma forma natural;
- Recurso às TIC disponíveis;
- Iniciação de práticas de reflexão dos alunos sobre a própria aprendizagem, através da auto avaliação;
- Registo das atividades realizadas, de preferência com os alunos (por exemplo, no final da semana ou da unidade) - um registo que permita refletir sobre as aprendizagens realizadas, e, simultaneamente, que proporcione aos pais e encarregados de educação o acompanhamento das atividade desenvolvidas;

- Necessidade de formação específica na área de ensino do Inglês a “young learners”.
- Maior cooperação entre os professores do ensino do Inglês;
- Desenvolvimento de estratégias, entre todos os intervenientes, para promover a articulação vertical de forma mais sistemática.
- Incremento da articulação com o (Sub) Departamento Curricular de Inglês de modo a que a AEC se constitua como um espaço substantivo de ensino e de aprendizagem de Inglês;
- Sempre que possível, evitar a constituição de turmas com níveis de escolaridade diferentes (1º e 4º ano/2º e 4º ano);
- A flexibilização dos horários de forma a permitir a distribuição de um maior número de horas pelos técnicos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 1º CEB foi apoiado pela APPI, desde o seu início, mas sempre defendemos e tentámos mostrar a necessidade da sua inclusão no currículo, tanto pela relevância da aprendizagem de uma Língua Estrangeira desde cedo, e do Inglês em particular, atendendo ao uso desta LE como língua de comunicação global, como para dar cumprimento às diretrizes emanadas do Conselho da Europa relativamente à inserção de pelo menos uma LE no 1º ciclo (“primary”);
- No final do ano lectivo de 2005-6, a então Ministra da Educação informou a APPI da intenção de alargar o "Programa" aos 1º e 2º anos, a APPI aconselhou prudência e que se avaliasse a "experiência" acabada de terminar, antes do alargamento em causa, principalmente porque se corria o risco de não haver número suficiente de professores com habilitações para ensinar Inglês neste nível, uma vez que as AEC funcionam maioritariamente das 15h30 às 17h30, o que aumenta substancialmente o número de professores necessários em cada Agrupamento;
- O alargamento da oferta obrigatória do ensino de Inglês a todos os anos do 1º CEB, consubstanciada no Despacho nº 14460/2008, e tal como foi

implementada, potenciou, o recrutamento de professores que ou não detinham habilitações ou que detinham apenas o denominado “currículo relevante”;

- O Decreto-Lei (DL) n.º 212/2009 veio estabelecer “o regime aplicável à contratação de ‘técnicos’ que asseguram o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas da rede pública”, no âmbito de “uma efetiva descentralização de competências para os municípios em matéria de educação, com o objetivo de obter avanços claros e sustentados na qualidade das aprendizagens dos alunos.” O DL permite aos municípios “celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo, a tempo integral ou parcial, com profissionais especialmente habilitados para o efeito, tendo em vista assegurar necessidades temporárias de serviço no âmbito das actividades de enriquecimento curricular”;
- O Despacho n.º 8683/2011 veio proceder a algumas alterações ao Despacho nº 14460/2008 “tendo em consideração a avaliação prática feita ao modelo”, mas manteve o Ensino de Inglês como AEC.

Pelo acima exposto, cabe-nos chamar a atenção da tutela para os aspetos que nos parecem contraditórios (já elencados em relatórios anteriores) e que necessitam de alteração urgente:

- A actividade de enriquecimento curricular denomina-se “Ensino de Inglês”;
- Foram produzidas Orientações Programáticas para os 3º e 4º anos e, posteriormente, para os 1º e 2º anos. No entanto, não só os professores passaram a “técnicos”, como o investimento feito pela tutela na formação pedagógica dos professores de Inglês deste nível de ensino teve um retorno mínimo, uma vez que, como já foi atrás referido, muitos dos docentes que beneficiaram dessa formação, se encontram agora a lecionar outros níveis de ensino;
- Há um claro equívoco na inclusão do Inglês como atividade de enriquecimento curricular; de facto, enriquece o currículo porque concorre para o desenvolvimento de competências de saber-estar e saber ser, mas não ao nível

do saber, uma vez que, contrariamente às outras AEC que completam as áreas do currículo a que estão associadas, a LE não existe no currículo;

- O recrutamento de profissionais qualificados para o Ensino do Inglês é cada vez mais problemático e faz com que tenha havido um decréscimo acentuado na qualidade do ensino e das aprendizagens;
- O facto de a atividade ter lugar, maioritariamente, entre as 15h30 e as 17h30, faz com que aumente substancialmente o número de técnicos necessários à atividade; paralelamente, é referido sistematicamente pelos técnicos e pelos peritos, que os alunos já estão muitos cansados nesta altura do dia, necessitando de atividades de carácter lúdico-expressivas, como muito bem acrescentadas no Despacho n.º 8683/2011 e, de preferência, num espaço que não seja o da sala de aula;
- Apesar de ser cada vez mais evidente a preocupação crescente, por parte de muitas Entidades Promotoras, de oferecerem melhores condições de trabalho aos técnicos das AEC, a precariedade do trabalho destes continuou a ser um factor de impedimento da fidelização dos mesmos a estas atividades. Grande parte continua a ter um horário de trabalho muito reduzido, e, muitos continuam a não ter qualquer hora paga para as reuniões de articulação horizontal e vertical.

RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- A APPI continua a insistir na urgência da introdução do Inglês no currículo do 1º CEB. Os alunos estão altamente motivados para a aprendizagem do Inglês e todos os intervenientes no Programa das AEC continuam a referir, nas visitas de acompanhamento, que o Inglês deveria ser curricular;
- A continuidade do carácter facultativo da sua aprendizagem implica o surgimento de enormes discrepâncias de aprendizagem na entrada para o 2º CEB, originando turmas com diferentes níveis de conhecimento da língua que, necessariamente, levantam dificuldades na gestão do programa de Inglês neste ciclo de ensino;

- A APPI reitera que, se não houver uma eficiente articulação na planificação e concretização da atividade ao longo dos quatro anos de escolaridade, se corre o risco de, em vez de potenciar o gosto pela aprendizagem de uma língua estrangeira, esta se tornar desmotivadora e geradora de insucesso à entrada do 2º CEB;
- Consequentemente, a APPI reforça a pertinência e urgência da alteração do programa de Inglês do 2º CEB, dado que uma percentagem bastante elevada de alunos já ter frequentado quatro anos de Inglês (1º, 2º, 3º e 4º anos). No entanto, reforçamos que essa modificação ou mesmo um novo programa só fará sentido aquando da integração do Inglês no currículo do 1º CEB, criando um programa sequenciado, coeso e coerente, adaptado e não fragmentado, que permita uma mais rápida e eficaz progressão no ensino da Língua ao longo de todo o ensino básico.

Lisboa, 8 de Agosto de 2012

Cristina Bastos e Isabel Brites
(representantes da Direção da APPI na CAP)